

IPV
2018

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

RELATÓRIO de GESTÃO CONSOLIDADO

Índice

1. Introdução	3
2. Caracterização da conjuntura económica	3
3. Enquadramento orçamental.....	4
4. Fontes de financiamento	6
5. Execução orçamental.....	6
6. Análise económica	9
6.1. Gastos (Classe 6)	9
6.2. Rendimentos (Classe 7).....	11
7. Análise patrimonial	14
8. Resultados	15
Conclusões.....	15
I – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras:	17
II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:.....	18
III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação:.....	18
IV – Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico	18

Índice de Gráficos

Gráfico 1: dotação corrigida em 2018, em percentagem.....	4
Gráfico 2: receita cobrada líquida sem saldos, em 2018, por fonte de financiamento	5
Gráfico 3: orçamento inicial em 2018, pelas principais fontes de financiamento	6
Gráfico 4: despesas com pessoal em 2018, por subagrupamento (em percentagem)	7
Gráfico 5: despesas de funcionamento, em 2018 por subagrupamento (em percentagem)	8
Gráfico 6: gastos no exercício económico de 2018, por classe (em euros).....	9
Gráfico 7: rendimentos em 2018, por classe (em euros)	12

Índice de Tabelas

Tabela 1: orçamentos iniciais do IPV e dos SAS, em 2018 e em 2017, em euros.....	3
Tabela 2: total de alunos matriculados, em 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018.....	3
Tabela 3: transferência do Orçamento de Estado para o IPV e para o SAS, em 2016, 2017 e 2018 (em euros)	3
Tabela 4: reforço orçamental para o ano 2018, em euros	4
Tabela 5: valor das propinas do 1ºciclo, desde 2016/2019, em euros.....	4
Tabela 6: receita liquidada, por programa/medida e fonte de financiamento em 2018, em euros	5
Tabela 7: receitas pro cobrar, em 2018, em euros.....	5
Tabela 8: fontes de financiamento e execução da despesa, em 2018, em euros	6
Tabela 9: tipo de despesa paga, em 2018, em euros e em percentagem	7
Tabela 10: tipo de despesa com o pessoal pagas, em 2018, por fonte de financiamento, em euros.....	7
Tabela 11: tipo de despesa de funcionamento pagas, por fonte de financiamento, em 2018, em euros ...	8
Tabela 12: aquisição de bens de capital, por fonte de financiamento, em 2018, em euros.....	8
Tabela 13: receita e despesas totais e cumprimento da regra de equilíbrio em 2018, em euros	8
Tabela 14: custo das vendas e matérias consumidas e dos fornecimentos e serviços externos em 2018, por classe, em euros.....	9
Tabela 15: outros gastos e perdas em 2018, por classe, em euros.....	11
Tabela 16: impostos, contribuições e taxas em 2018, por classe, em euros.....	12
Tabela 17: prestações de serviços e concessões, em 2018, por classe, em euros	13
Tabela 18: elementos do ativo em 2018, por classe, em euros	14
Tabela 19: património líquido em 2018, por classe, em euros	14
Tabela 20: elementos do passivo em 2018, por classe, em euros	15
Tabela 21- resultados em 2018, por classe, em euros	15

Relatório de gestão consolidado Exercício de 2018

1. Introdução

Este relatório é uma análise sucinta à conta consolidada do Instituto Politécnico de Viseu (composto pelos Serviços Centrais e respetivas Escolas integradas) e dos SAS. A apresentação de contas consolidadas entre estas duas unidades orgânicas está prevista no artigo 77º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viseu, publicados através do Despacho nº 12-A/2009, de 27 de março.

O **método de consolidação utilizado foi o da simples agregação** que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público, eliminadas que estejam as operações de transferências e subsídios efetuadas entre as entidades. No exercício económico foi anulado o valor de **133.000,00€** referente a transferências entre os SAS e o IPV bem como **1.746,85€** referente aos fornecimentos e serviços externos.

2. Caracterização da conjuntura económica

Em 2018 verifica-se um ligeiro aumento do orçamento inicial, na ordem dos 3,02% comparativamente ao ano anterior, relacionada com transferências por parte do Ministério da Educação e Ciência para as transições para a carreira ao abrigo do DL 45/2016, alterado pela Lei 65/2017.

Tabela 1: orçamentos iniciais do IPV e dos SAS, em 2018 e em 2017, em euros

Unidades orgânicas	2017	2018
Instituto Politécnico de Viseu	24 918 051	25 985 951
Serviços de Ação Social	1 230 000	1 230 000
Total	26 418 051	27 215 951

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

A evolução do número de alunos matriculados, nos últimos três anos letivos, foi a seguinte:

Tabela 2: total de alunos matriculados, em 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018

	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Total alunos matriculados	4 944	5 202	5 285
Rácio alunos matriculados/docentes (ETI)	14,4	14,9	14,9

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Concretamente à componente do orçamento de Estado verifica-se um aumento do orçamento inicial (componente do orçamento de estado), em 2018, na ordem global dos 2,58%.

Tabela 3: transferência do Orçamento de Estado para o IPV e para o SAS, em 2016, 2017 e 2018 (em euros)

	2016	2017	2018
Orçamento de Estado – MCTES IPV	15 767 419	16 843 074	17 291 814
Orçamento de Estado – MCTES SAS	537 980	530 000	530 000
Total	16 305 399	17 373 074	17 821 814

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Ao longo do ano o orçamento inicial foi reforçado em **734.851,00€**.

Tabela 4: reforço orçamental para o ano 2018, em euros

	2018		
	Orçamento Inicial	Reforços	Total orçamento
Instituto Politécnico de Viseu	17 291 814€	734 851€	18 026 665€
Serviços de Ação Social	530 000€		530 000€
Total	17 821 814€	734 581€	18 556 665€

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

O montante da propina teve um ligeiro aumento, 50,00€, no último ano letivo.

Tabela 5: valor das propinas do 1ºciclo, desde 2016/2019, em euros

	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Valor de propina	900€	900€	950€

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

3. Enquadramento orçamental

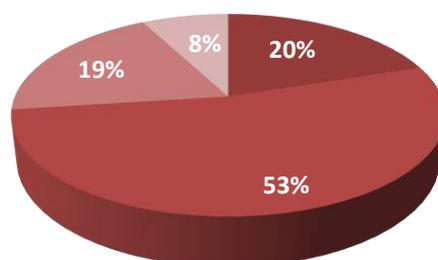
As contas de cada unidade orgânica autónoma financeiramente (Instituto Politécnico de Viseu e Serviços de Ação Social) foram apresentadas individualmente ao Tribunal de Contas de acordo com o SNC-AP, aprovado pelo DL nº 192/2015 de 11 de setembro.

Para o seu regular funcionamento, o Instituto dispôs de uma dotação corrigida, em 2018, de **35.101.162,44€**, provenientes de:

- Saldos de gerência 7 006 785,44€
- De dotações orçamentais (OE) 18 596 200,00€
- De receitas próprias (RP) 6 784 000,00€
- De Fundos comunitários 2 714 177,00€

Gráfico 1: dotação corrigida em 2018, em percentagem

- Saldos de gerência
- De dotações orçamentais (OE)
- De receitas próprias (RP)
- De Fundos comunitários



Fonte: dados IPV em 31/12/2018

A **receita** efetivamente **liquidada**, no ano 2018, no montante de **25.441.948,26€** (sem saldos incluídos), foi referente a:

Tabela 6: receita liquidada, por programa/medida e fonte de financiamento em 2018, em euros

Programas /Medida	Fonte Financiamento	Designação da fonte	Receita Líquida Cobrada
010016	319	Transferências de RG entre Organismos (FCT)	39.522,37
	411	FEDER-Competitividade e internacionalização	204.639,59
	413	FEDER-Centro2020	94.876,71
	513	Receitas Próprias	111.302,00
Total 010016			450.340,67
010018 e 010019	311	Orçamento de Estado	18.556.665,00
	413	FEDER-Centro2020	38.079,53
	443	FSE- PO Capital Humano	445.539,38
	462	FEAGA (União Europeia)	5.583,83
	482	ERASMUS+	177.320,47
	510	Receitas Próprias	5.676.319,38
540	Transferência de RP entre Organismos	1.100,00	
Total 010018 e 010019			24.991.607,59
Total			25.441.948,26

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

De salientar que em 31/12/2018 ficou por cobrar o valor de **98.285,47€** de receita relativa a:

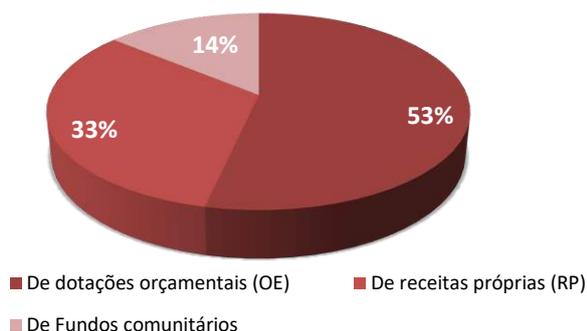
Tabela 7: receitas pro cobrar, em 2018, em euros

Descrição	Valor
Propinas 1º ciclo	4 532,68
Propinas 2º ciclo	1 383,16
Propinas outras	164,51
Taxas diversas	273,50
Juros de mora	55,99
Privadas	2 700,00
Publicações e impressos	826,80
Produtos agrícolas e pecuários	6 932,41
Aluguer de espaços e equipamentos	9 631,19
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	11 222,40
Serviços de laboratório	2 811,66
Alimentação e alojamento	38 816,89
Outros	18 926,78

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

A **receita liquidada**, no ano 2018, com os saldos transitados do ano anterior, foi no montante de **35.101.162,44€**.

Gráfico 2: receita cobrada líquida sem saldos, em 2018, por fonte de financiamento



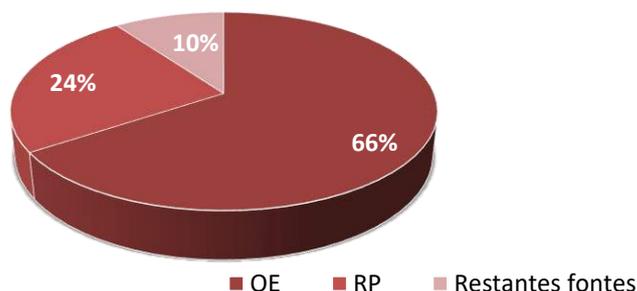
Fonte: dados IPV em 31/12/2018

4. Fontes de financiamento

O orçamento inicial no montante de **27.215.951,00€**, atribuído ao Instituto Politécnico de Viseu, por fontes de financiamento, para o ano 2018, foi o seguinte:

- Orçamento de Estado: 17 821 814€
- Receitas próprias: 6 650 000€
- Financiamento União Europeia: 2 704 602€
- Transferências RG entre Organismos: 39 535€

Gráfico 3: orçamento inicial em 2018, pelas principais fontes de financiamento, em percentagem



Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Foram, ainda, integrados os saldos transitados, na posse do serviço, no valor de **7.006.785,44€**. Assim, o orçamento inicial do Instituto Politécnico de Viseu, em 2017, com a integração dos saldos foi de **35.101.162,44€**.

5. Execução orçamental

Durante o ano 2018, efetuaram-se despesas no valor de **26.118.899,17 €**, as quais foram financiadas através das seguintes fontes de financiamento (FF) - Orçamento de Estado (FF311), Saldos de RG não afetados a projetos cofinanciados (FF313), Transferências de RG entre organismos (FF319); Saldos de RG afetados a projetos cofinanciados (FF358), Receitas Próprias (FF513), União Europeia (FF411; FF412; FF413 FF441; FF443; FF462 e FF482), Receitas próprias (FF513) e Transferências no âmbito da Administração Pública (FF520 e FF540) e Saldos de Fundos Europeus (FF488).

A despesa total efetuada encontra-se refletida no quadro seguinte:

Tabela 8: fontes de financiamento e execução da despesa, em 2018, em euros

Fonte de financiamento	Dotação corrigida	Receita líquida s/ saldos	Executado
Orçamento de Estado (OE)	18 763 271,73	18 596 187,37	18 591 878,44
Receitas Próprias (RP)	11 435 892,03	5 879 721,38	6 721 869,28
Outras Fontes	4 901 998,68	966 039,51	805 151,45
Total	35 101 162,44	25 441 948,26	26 118 899,17

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Da receita líquida cobrada nas diferentes fontes de financiamento, no montante de **25.441.948,26€**, foi executada a despesa de **26.118.899,17€**, representando uma percentagem de execução na ordem dos

103%. Verifica-se que a instituição cumpriu a regra do equilíbrio financeiro de acordo com decreto de execução orçamental.

Da dotação da receita corrigida, para a realização de despesas, por fonte de financiamento, verificou-se que foi gasto o valor de **18.591.878,44€** do orçamento de estado, representando uma percentagem de execução de 99%, **6.721.869,28 €** do orçamento de receitas próprias, representando uma percentagem de execução de 61% e **805.151,45€** de outras fontes 15%.

A **despesa global** efetuada, em 2018, pelas diversas fontes de financiamento, foi:

Tabela 9: tipo de despesa paga, em 2018, em euros e em percentagem

Tipo de despesas	Montante pago	%
Pessoal	22 187 528,11	84,9
Bens e serviços	2 990 445,68	11,4
Capital	357 675,85	1,4
Outras despesas correntes	167 070,99	0,6
Juros e outros encargos financeiros	35 991,28	0,1
Transferências	380 187,26	1,5
Total	26 118 899,17	100

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Analisando a distribuição da despesa, por grandes rubricas orçamentais, podemos concluir que a despesa se concentra essencialmente em **despesas com pessoal (22.187.528,11€)** para pagamento de vencimentos, outros abonos variáveis e eventuais e Segurança Social, relativos ao Pessoal Docente e Não Docente existente neste Instituto.

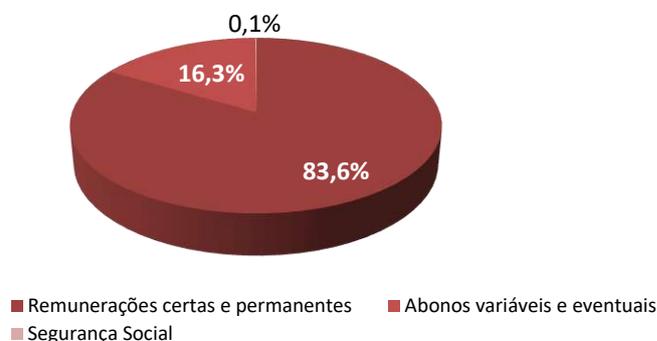
As despesas com pessoal, no montante de **22.187.528,11€**, estão diretamente relacionadas com a seguinte tipologia:

Tabela 10: tipo de despesa com o pessoal pagas, em 2018, por fonte de financiamento, em euros

	DESPEAS COM PESSOAL relacionadas com			Total
	Remunerações	Abonos variáveis	Segurança Social	
Orçamento de Estado (OE)	15 533 467,76	170 425,67	2 839 641,00	18 543 534,43
Receitas Próprias (RP)	2 109 673,47	86 518,16	1 420 054,44	3 616 246,07
Outras Fontes		27 747,61		27 747,61
Total	17 643 141,23	284 691,44	4 259 695,44	22 187 528,11
	79,52%	1,28%	19,2%	

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Gráfico 4: despesas com pessoal em 2018, por subagrupamento (em percentagem)



Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Com efeito, **84,9%** da totalidade da despesa efetuada destinou-se ao pagamento de despesa com pessoal.

Da despesa paga com pessoal verifica-se que 80% foram encargos com Remunerações certas e permanentes, 1% foram Abonos variáveis e eventuais e 19% foram encargos com a Segurança Social.

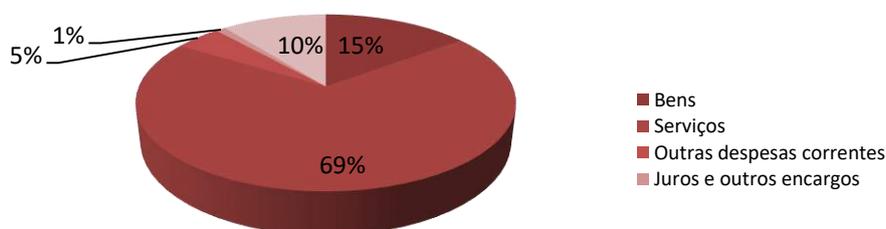
A **aquisição de bens e serviços, transferências e outras despesas**, originaram uma despesa na ordem de **12,9% da despesa total**.

Tabela 11: tipo de despesa de funcionamento pagas, por fonte de financiamento, em 2018, em euros

	FUNCIONAMENTO relacionadas com:				Total
	Bens	Serviços	Transferências	Outras despesas Correntes e encargos	
Orçamento de Estado (OE)	0,00	37 294,94	10 000,00	1 049,52	48 344,01
Receitas Próprias (RP)	457 355,94	2 217 492,84	86 454,57	201 718,37	2 963 021,72
Outras Fontes	71 437,89	206 864,52	283 732,69	294,38	562 329,48
Total	528 793,83	2 461 651,85	380 187,26	203 062,27	3 573 695,21
	15%	69%	11%	6%	

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Gráfico 5: despesas de funcionamento, em 2018 por subagrupamento (em percentagem)



Fonte: dados IPV em 31/12/2018

A **aquisição de bens de capital** originou uma despesa na ordem de **1,4% da despesa total**.

Tabela 12: aquisição de bens de capital, por fonte de financiamento, em 2018, em euros

	OE	RP	Restantes fontes	Total
Bens de capital	0,00	142 601,49	215 074,36	357 675,85
<i>Maioritariamente despesas de:</i>				
Equipamento Informático		57 518,78	178 274,72	235 793,50
Equipamento Básico		58 918,83	29 971,91	88 890,74

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Em 2018, o Instituto e os SAS cumpriram com regra do equilíbrio, conforme se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 13: receita e despesas totais e cumprimento da regra de equilíbrio em 2018, em euros

	Receita líquida (sem saldos)	Despesa paga em 2018	Cumpriu a regra do equilíbrio	
			Sim	Não
IPV	25 441 948,26	26 118 899,17	X	

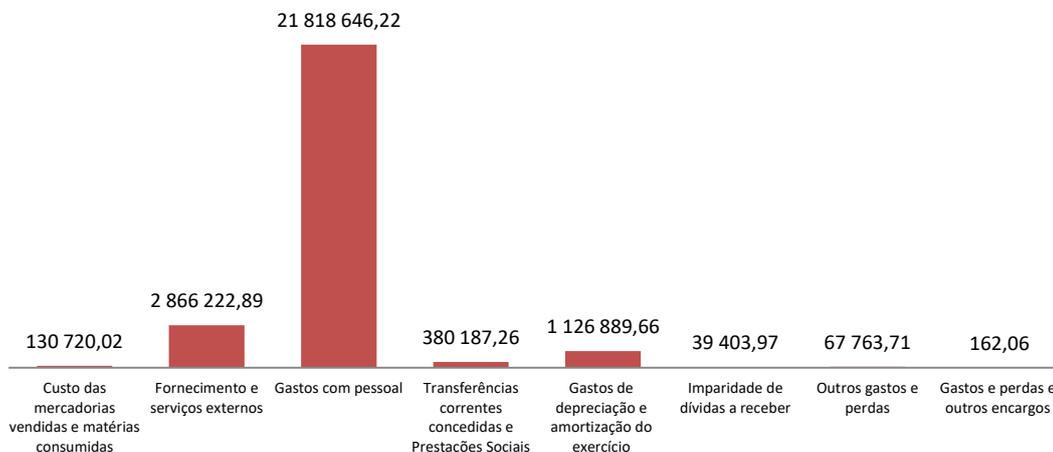
Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Em termos do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, prevista no nº 1 do artigo 25º da Lei nº 91/2001, de 20 de agosto alterada pela Lei nº 52/2011, de 13 de outubro, verifica-se que o Instituto a cumpriu, embora tendo saldo negativo (676.950,91€) aquele foi inferior ao valor permitido por lei para entrar nos saldos de gerência de anos anteriores por conta dos descontos da Entidade Patronal para a CGA (nº 4 do artigo 6º-A do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro).

6. Análise económica

6.1. Gastos (Classe 6)

Gráfico 6: gastos no exercício económico de 2018, por classe (em euros)



Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Os custos e perdas do Instituto Politécnico de Viseu, constantes das demonstrações financeiras, ascendem a **26.429.995,79€**.

No gráfico anterior foi espelhada a distribuição dos mesmos custos e perdas, por código de conta, de forma a visualizar com clareza o peso relativo no conjunto das diferentes naturezas de gastos:

Os **custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas** ascenderam a **130.720,02€** e os **fornecimentos e serviços externos** ascenderam, em 2018, a **2.867.969,74€**.

Tabela 14: custo das vendas e matérias consumidas e dos fornecimentos e serviços externos em 2018, por classe, em euros

Descrição	2018
6111-CMVMC -Restauração	123 932 51
6121 -CMVMC-Matérias primas	1 491,88
6122 CMVMC- Matérias subsidiárias	5 295 63
Subtotal	130 720,02
Fornecimentos e serviços externos:	
Serviços de saúde	9 935,97
Tecnologias de informação e comunicação	29,00
Trabalhos especializados	233 861,91
Publicidade, comunicação e imagem	47 109,85
Vigilância e segurança	326 435,24
Honorários	108 529,14
Comissões	36 764,14
Conservação e reparação	297 987,70
Outros serviços especializados	62 975,77
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25 574,72
Livros e documentação técnica	4 646,59
Material de escritório	33 998,00
Artigos para oferta e de publicidade	44 613,94
Material de educação, cultura e recreio	8 160,52
Artigos de higiene e limpeza	20 386,24
Medicamentos e artigos para a saúde	1 507,63
Produtos químicos e de laboratórios	30 444,56

Outros materiais diversos de consumo	228 341,55
Eletricidade	312 482,75
Combustíveis e lubrificantes	109 357,87
Água	39 675,10
Gás	47 094,99
Deslocações e estadas	105 959,94
Transporte escolar	1 823,00
Outros	7 345,42
Comunicação	22 960,20
Seguros	31 432,20
Contencioso e notariado	550,00
Despesas de representação dos serviços	7 845,67
Limpeza, higiene e conforto	301 643,88
Outros serviços	238 851 19
Subtotal	2 867 969,74

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Os **gastos com pessoal**, em 2018, ascenderam a **21.818.646,22€**, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Tabela 15: custos com o pessoal em 2018, por classe, em euros

Conta SNC-AP	Designação	2017
631	Remunerações dos Órgãos Diretivos	993 006,92
63111	Remunerações base	920 592,97
63112	Subsídio de férias	48 188,29
63115	Subsídio de refeição	18 703,17
632	Remunerações do pessoal	15.869.735,75
632111	Remunerações do pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	11 532 532,93
632112	Remuneração do pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho em funções público a termo resolutivo	1 959 190,43
63212	Subsídio de férias	949 952,68
63213	Subsídio de natal	1 235 709,96
63214	Despesas de representação	32 684,40
63215	Subsídio de refeição	4 513,93
63217	Suplementos e prémios	3 629,64
632203	Ajudas de custo	77 678,26
632204	Trabalho extraordinário	20 706,63
632206	Abono para falhas	4 303,54
632207	Subsídio de trabalho noturno	450,16
632209	Colaboração técnica especializada	48 383,19
633	Benefícios pós –emprego	1 235,36
6332	Outros benefícios	1 235,36
634	Indeminizações	131 606,11
6342	Pessoal	131 606,11
635	Encargos sobre as remunerações	4 011 336,97
63511	Caixa Geral de Aposentações (CGA)	2 991 932,76
63512	Segurança Social (SS)	1 019 404,21
636	Acidentes em serviço e doença profissionais	86,45
6361	Acidentes no trabalho	86,45
637	Gastos de ação social	7 122,60
6371	Serviços Sociais da Administração Pública	7 122,60
639	Outros encargos sociais	26 532,33
6391	Pessoal a aguardar aposentação	8 357,52
6396	Subsídio familiar a crianças e jovens	12 366,44
6397	Outras prestações familiares	5 808,37
	Total	21 818 646,22

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As **Transferências correntes concedidas e Prestações Sociais**, no valor de **380.187,26€**, foram relativas

a:

Tabela 16: transferências correntes concedidas e prestações sociais em 2018, por classe, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2018
6011	Administração central	2 655,28
6012	Instituições sem fins lucrativos	1 206,80
6013	Instituições privadas	1 200,76
60151	Programas IEFP	9 063,00
60152	Programa de mobilidade de Erasmus	130 620,00
63154	Bolsas de investigação científica	193 487,67
60156	Prémios melhores alunos CGD	6 000,00
6016	Municípios	191,25
6023	Associações de Estudantes	33 762,50
Total		380 187,26

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Os **gastos de depreciação e amortização do exercício** foram, no montante de **1.126.889,66€**, referentes a:

Tabela 17: transferências correntes concedidas e prestações sociais em 2018, por classe, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2018
6422	Edifícios e outras construções	603 327,64
6423	Equipamento básico	408 933,40
6424	Equipamento de transporte	24 729,36
6425	Equipamento administrativo	73 383,89
6426	Equipamentos biológicos	8 539,68
6427	Outros ativos tangíveis	5 963,61
643	Ativos intangíveis	2 011,78
Total		1 126 889,66

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As **Perdas por imparidades** ascenderam a **39.403,97€**.

Os **Outros gastos e perdas** foram no montante de **67.763,71€** referentes a:

Tabela 15: outros gastos e perdas em 2018, por classe, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2018
681	Impostos e taxas	27 588,42
684	Perdas em inventário	68,62
687	Gastos e perdas em inventários não financeiros	100,35
688	Outros	40 006,29
Total		67 763,71

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

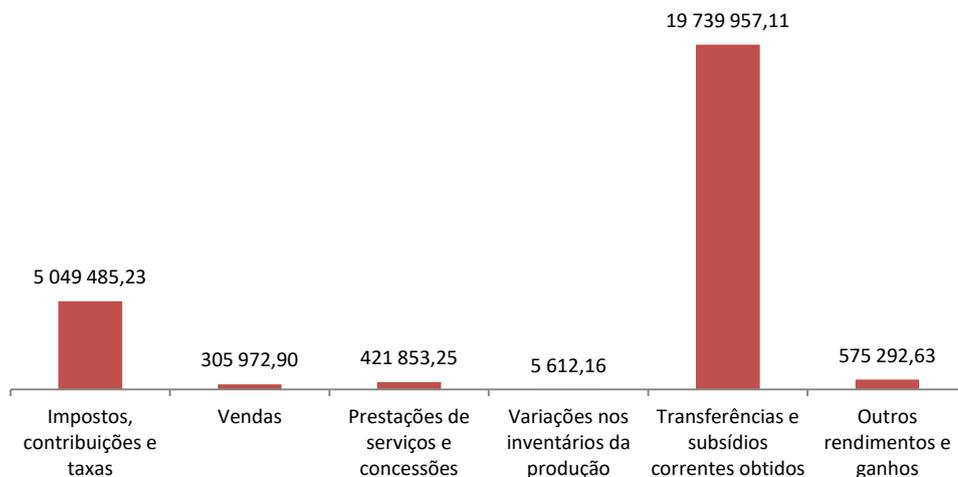
Os **Gastos e perdas e outros encargos** ascenderam a **162,06€**.

6.2. Rendimentos (Classe 7)

Os rendimentos do Instituto Politécnico de Viseu, constantes das demonstrações financeiras, ascendem a **26.098.173,28€**.

No gráfico seguinte é espelhada a distribuição dos mesmos proveitos, por código de conta, de forma a visualizar com clareza o peso relativo no conjunto das diferentes naturezas de proveitos e ganhos:

Gráfico 7: rendimentos em 2018, por classe (em euros)



Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Os **impostos, contribuições e taxas** ascenderam a **5.049.485,23€** e foram relativas a:

Tabela 16: impostos, contribuições e taxas em 2018, por classe, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2018
7041221	Propinas 1º ciclo	105 298,27
7041222	Propinas 2º ciclo	3 433 011,66
7041223	Propinas internacional	537 889,20
7041224	Propinas outras	549 790,58
70412241	Propinas CETS	22,47
70412242	Propinas CTESP	440 648,83
70412243	Outras propinas	109 302,28
704199	Outras	366 722,87
7041991	Taxas de matrícula/inscrição	138 730,00
70419911	Taxas matrícula 1º ciclo	80 140,00
70419912	Taxas matrícula 2º ciclo	37 650,00
70419913	Taxas matrícula internacional	40,00
70419914	Outras taxas de matrícula/inscrição	20 900,00
7041992	Taxas de exame	50 380,00
70419921	Taxas exame 1º ciclo	40 328,75
70419922	Taxas exame 2º ciclo	1 571,25
70419923	Outras taxas de exame	8 480,00
7041993	Taxas de melhoria de notas	3 330,00
70419931	Taxas melhoria de nota 1º ciclo	2 700,00
70419932	Taxas melhoria de nota 2º ciclo	465,00
70419933	Outras taxas de melhoria de nota	165,00
7041994	Seguro escolar	24 544,56
7041995	Taxa de inscrição por unidade curricular isolada	86 192,64
7041999	Outras taxas	63 545,67
7044	Multas e outras penalidades	40 848,65
70441	Juros de mora	19 426,51
70449	Outras multas e penalidades	21 420,14

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As **vendas** ascenderam a **305.972,90€** e foram relativas a:

Tabela 20: vendas e prestações de serviços em 2018, por classe, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2018
712011	Uva	964,6
712012	Maça	19,73
712013	Animais	3 887,50
712015	Azeite	188,81
712016	Mel	5,66
712017	Leite	5 125,94
712018	Outros produtos agrícolas	216,50
712021	Senhas de refeição	96 554,75
712022	Produtos de bar	198 931,80
71299	Outras	78,05
Total		305 972,80

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As **prestações de serviços e concessões** ascenderam a **423.600,10€** e foram relacionados com:

Tabela 17: prestações de serviços e concessões, em 2018, por classe, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2018
7202	Serviços específicos do setor educação	144 571,62
72021	Ações de formação	4 255,00
72022	Seminários e congressos	5 481,50
72023	Protocolos de colaboração	122 572,12
72024	Prestação de serviços diversos	12 443,00
7205	Serviços de alojamento e restauração	23 781,72
7207	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	1 766,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e	215 775,87
720811	Serviço de bar	13,10
728012	Serviços de refeitório	8 390,25
728013	Serviços de alojamento	207 372,52
7210	Serviços laboratoriais	14 054,32
7211	Aluguer de equipamentos	1 641,38
7212	Arrendamento	21 829,19
Total		423 600,00

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As **variações no inventário** foram no montante de **5.612,16€**.

As transferências e subsídios correntes obtidos ascenderam a **19.739.957,11€** e foram relacionadas com:

Tabela 22: transferências e subsídios correntes em 2018, por fonte, em euros

Descrição	2018
MEC	18 556 665,00
FEDER-Competitividade e Internacionalização	370 758,18
FEDER-Centro2020	111 624,52
FSE-POCH	445 539,38
FEOGA-Orientação/garantia	5 583,83
Erasmus	188 966,17
Administração local	24 350,00
Administração Central	23 586,03
Instituições sem fins lucrativos	10 902,00
FCT	2 000,00
Instituições privadas	575,00
Total	19 739 957,11

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Os outros rendimentos e ganhos ascenderam a **575.292,63€**, e foram relacionadas com:

Tabela 23: outros rendimentos e ganhos em 2018, por fonte, em euros

Descrição	2018
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos	53.378,20
Outros rendimentos suplementares	16 326,33
Monetários	6 078,27
Publicações e impressos	43,93
Serviço de reprografia	3 333,33
Fotocópias	6 870,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros não monetários	1 225,00
Donativos-Instituições privadas	7 670,00
Donativos- Bancos	100 400,00
Rendimentos de capital-Indemnizações	14,26
Correções relativas a períodos anteriores	3 001,01
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	393 277,56
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	0,27
Total	575.292,63

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

7. Análise patrimonial

À data de 31 de dezembro o **ativo** da Instituição, no montante de **34.535.290,30€** relativo a:

Tabela 18: elementos do ativo em 2018, por classe, em euros

Descrição	2018
Ativo não corrente	26 615 673,73
Ativos fixos tangíveis	26 608 343,58
Ativos intangíveis	7 330,15
Ativo corrente	7 737 616,57
Inventários	32 801,82
Clientes, contribuintes e utentes	79 592,64
Outras contas a receber	1 080 293,92
Diferimentos	161.342,15
Caixa e depósitos	6 383 586,04
Total	34 535 290,30

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

O **património líquido**, da Instituição, no montante de **31 520 349,64€** são relativos a:

Tabela 19: património líquido em 2018, por classe, em euros

Descrição	2018
Património/Capital	38 819 902,12
Resultados transitados	-16 854 198,98
Outras variações no património líquido	9 886 469,01
Resultado líquido do período	-331 822,51
Total	31 520 349 64

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

O **Passivo**, da Instituição, a 31 de dezembro, no valor de **2.832.943,66€** era relativo a:

Tabela 20: elementos do passivo em 2018, por classe, em euros

Descrição	2018
Passivo não corrente	19 935,02
Provisões	19 935,02
Passivo corrente	2 813 008,64
Outras contas a pagar	2 529 905,53
Deferimentos	229 348,60
Outros passivos financeiros	53 754,51
Total	2 832 943,06

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

8. Resultados

No ano de 2018 os resultados, do Instituto Politécnico de Viseu, foram os seguintes:

Tabela 21- resultados em 2018, por classe, em euros

Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	795 229,21
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento)	-331 660,45
Resultado antes de impostos	-331 822,51
Resultado líquido do Exercício	-331 822,51

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Conclusões

A prestação de contas consolidada efetuada deu-nos uma visão do grupo numa ótica orçamental, patrimonial e económica.

O Instituto tem feito um esforço para gerir com eficácia, eficiência e economia todos os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição.

A consolidação de contas foi acompanhada pelo Fiscal Único P. Matos Silva; Garcia Jr., P. Caiado & Associados.

Viseu, em 17 de junho de 2019.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADOS EM 31 de dezembro 2018

I – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras:

Nota1: entidades incluídas na consolidação:

As entidades incluídas na consolidação foram o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) e os Serviços de Ação Social Escolar do IPV (SAS), abrangidos na consolidação pela existência ou presunção de controlo. Este, resulta designadamente da capacidade de estabelecer políticas financeiras e operacionais dos Serviços de Ação Social, uma vez que é ao Presidente do IPV que compete presidir o Conselho Administrativo e nomear o Administrador, que são os órgãos executivos da Instituição.

Acresce referir que a consolidação se encontra também definida nos próprios Estatutos do IPV (publicados a através do Despacho Normativo nº 12-A/2009, em 27 de março).

Designação: Instituto Politécnico de Viseu (IPV)
Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu
Código de classificação orgânica: 09.1.03.81.00
Tutela: Ministério do Ensino e da Ciência
Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos
NPC: 680 033 548

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Superior Politécnico de Viseu
Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu
Código da Classificação Orgânica: 09. 1.03. 82.00
Tutela: Ministério da Educação e Ciência
Regime Financeiro: Serviço e Fundos Autónomos
NPC: 600 044 742

Nota 3: número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício das entidades públicas incluídas na consolidação por categorias.

Os recursos humanos afetos no exercício ascenderam a 655 trabalhadores, respeitante a Pessoal Docente e Pessoal Não Docente, do IPV e SAS, distribuídos pelas seguintes categorias:

- 431 docentes a que correspondem 354,5 docentes ETI's (equivalentes a tempo inteiro)
- 213 pessoal não docente
- 11 dirigentes, dos quais 4 a desempenhar funções em órgãos de gestão no Instituto, concretamente: Presidente (1) e Vice-presidentes (3).

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

Nota 4: casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

As aplicações das normas de consolidação permitem sem restrições, apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Nota 5: qualquer afastamento da aplicação das normas de consolidação feito para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados.

Não houve necessidade de adotar ou aplicar qualquer afastamento à aplicação das normas de consolidação.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

Nota 6: Métodos de consolidação adotados

O método de consolidação utilizado foi o da simples agregação que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público e eliminação dos saldos, das transações, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades.

As anulações realizadas no exercício compreenderam apenas as transferências internas no montante de **133.000,00€** bem como **1.746,85€** referente a fornecimentos de serviços externos sendo que não existiam a 31 de dezembro de 2018 quaisquer saldos entre as entidades.

Nota 9: acontecimentos importantes ocorridos após a data das demonstrações financeiras individuais

Não se verificaram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de qualquer uma das entidades incluídas na consolidação entre a data do balanço destas entidades e a data do balanço consolidado.

IV – Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Entidade

entidades incluídas na consolidação:

As entidades incluídas na consolidação foram o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) e os Serviços de Ação Social Escolar do IPV (SAS), abrangidos na consolidação pela existência ou presunção de controlo. Este, resulta designadamente da capacidade de estabelecer políticas financeiras e operacionais dos

Serviços de Ação Social, uma vez que é ao Presidente do IPV que compete presidir o Conselho Administrativo e nomear o Administrador, que são os órgãos executivos da Instituição.

Acresce referir que a consolidação se encontra também definida nos próprios Estatutos do IPV (publicados a através do Despacho Normativo nº 12-A/2009, em 27 de março).

Designação: Instituto Politécnico de Viseu (IPV)

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu

Código de classificação orgânica: 09.1.03.81.00

Tutela: Ministério do Ensino e da Ciência

Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos

NPC: 680 033 548

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Superior Politécnico de Viseu

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu

Código da Classificação Orgânica: 09. 1.03. 82.00

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Regime Financeiro: Serviço e Fundos Autónomos

NPC: 600 044 742

1.2. Período de relato

As presentes demonstrações financeiras respeitam ao período de 1/01/2018 a 31/12/2018, tendo na sua preparação sido adotadas as Normas de Contabilidade Pública (“NCP”).

É de salientar que ocorreu pela primeira vez em 2018, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC-E para este normativo é a 1 de janeiro de 2018.

1.3. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto-lei 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designada por “SNC-AP” integrando a estrutura conceptual da informação financeira pública, normas de contabilidade pública e o Plano de Contas Multidimensional. Assim, a adoção pela primeira vez do SNC-AP ocorreu em 2018, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC-E para este normativo é 1 de janeiro de 2018.

No processo de transição do POC-E para o novo normativo, os SAS seguiram os requisitos previstos na NCP 1 para adoção do referencial pela primeira vez. Consequentemente, a informação financeira de 2017, anteriormente apresentada de acordo com o PC-E, não foi para efeitos de comparabilidade reexpressa de acordo com as NCP do SNC-AP.

Adicionalmente é de referir que no processo de transição não foram identificados impactos que implicassem, reclassificações, mensurações, reconhecimentos ou desreconhecimentos. No entanto, ao nível das reclassificações, ocorreram as seguintes:

- a) Ativos Intangíveis anteriormente classificados em Imobilizações Corpóreas no normativo POC-E, cuja Quantia bruta, Amortizações acumuladas e Quantia escriturada ascendiam em 01.01.2018, respetivamente a 1.013.646,76 €, 1.012.557,31€ e 1.089,45 € (vide nota 3);
- b) Subsídios ao investimento, registados no anterior normativo (POC-E) em Proveitos Diferidos, reclassificados para Capital Próprio (rubrica outras variações no Património Líquido), cuja quantia à data de 01.01.2018 ascendia a 10.107.883,78€ (vide nota 18).

Apresenta-se no quadro seguinte a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2018.

Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Valor
Caixa	967,90
Depósitos à ordem	6.329.136,75
Depósitos à ordem no Tesouro	6.044.592,67
Depósitos bancários à ordem	284.544,28
Depósitos a prazo	
Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	53.581,39
Total de caixa e depósitos	6.383.586,04

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no normativo em vigor (SNC-AP).

Os acontecimentos ocorridos após a data de balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à sua data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período, sendo divulgados os eventos mais relevantes.

3. Ativos intangíveis

A mensuração dos ativos intangíveis do IPV fez-se através do custo do ativo numa transação com contraprestação, isto é, através de compras.

Durante o ano de 2018, foram reclassificados para intangíveis os programas de computador e sistemas de informação.

Quadro 3.1 – ativos intangíveis-variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta	Amortização	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortização	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Ativos intangíveis no domínio público património histórico e cultural								
Ativos tangíveis em curso								
Goodwill								
Programas de computador e sistemas de informação					1.018.740,98	1.011.410,83		7.330,15
Projetos de desenvolvimento								
Propriedade industrial e intelectual								
					1.018.740,98	1.011.410,83		7.330,15

Quadro 3.2 – Quantia escriturada e movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. internas à Entidade	Revalorizações	Variações		Amortização do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
					Reversões perdas de imparidade	Perdas de imparidade				
Ativos intangíveis no domínio público património histórico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	1.089,45	8.252,48					-2.011,78		7.330,15	
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
	1.089,45	8.252,48					-2.011,78		7.330,15	

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

O valor incluído na coluna Quantia Escriturada Inicial respeita à Quantia Escriturada à data de 31/12/2017, que foi reclassificada em 2018 no âmbito da transição para o SNC-AP (vide nota 1.3)

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Não se aplica.

5. Ativos Fixos tangíveis

São mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra após dedução de descontos comerciais e abatimentos, e ainda quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de operar da maneira pretendida.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, de acordo com as taxas máximas permitidas e previstas na Portaria n.º 671/2000 (CIBE) de 17 de abril até ao ano de 2018, sendo que a partir do ano de 2018 são utilizadas as taxas do classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Adicionalmente, em relação à rubrica de Edifícios e Outras Construções, informamos o seguinte:

- A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e a Escola Superior de Educação, que passaram a integrar o património do IPV pelo despacho nº 9719/2015 de 12 de agosto, encontram-se valorizadas considerando apenas os gastos incorridos com obras de ampliação e grandes reparações efetuadas;
- Quanto à Escola Superior de Saúde cujo despacho anteriormente mencionado permitiu a regularização do registo, encontra-se escriturada pelo valor constante da matriz predial aquando do inventário realizado em 2002, acrescida das obras de ampliação e remodelação ocorridas no edifício;
- Os edifícios e benfeitorias adstritas à Escola Superior Agrária encontram-se implantados em propriedade alheia, ascendendo a sua quantia à data de 31/12/2018 a cerca de 614.640 mil euros.

A informação exigida nas divulgações quanto à quantia escriturada bruta, depreciações, imparidades e a quaisquer outros movimentos ocorridos no período em ativos fixos tangíveis constam no seguinte mapa.

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)= (1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros bens de domínio público em curso								
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural					284.965,04			284.965,04
Ativos fixos em concessão em curso								
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	284.965,04	0,00	0,00	284.965,04
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	833.240,35			833.240,35	833.240,35			833.240,35
Edifícios e outras construções	34.653.284,31	10.150.454,96	0,00	24.502.830,05	34.856.023,47	10.763.863,28	0,00	24.092.160,19
Equipamento básico	12.337.905,32	11.086.024,89	0,00	1.251.880,43	12.093.621,30	10.993.146,65	0,00	1.100.474,65
Equipamento de transporte	681.542,84	654.752,58	0,00	26.790,26	681.542,84	679.781,94	0,00	2.060,90
Equipamento administrativo	5.703.934,91	5.499.630,11	0,00	204.304,80	5.159.386,85	4.941.679,58	0,00	217.707,27
Equipamentos biológicos	3.635,43	2.714,49	0,00	920,94	3.635,43	2.885,73	0,00	779,70
Outros	1.031.182,72	695.955,70	0,00	335.227,02	754.331,88	702.773,13	0,00	51.558,75
Ativos fixos tangíveis em curso	219.092,21		0,00	219.092,21	25.396,73		0,00	25.396,73
Subtotal	55.463.818,19	28.089.532,73	0,00	27.374.285,46	54.407.178,85	28.083.800,31	0,00	26.323.378,54
Total	55.463.818,19	28.089.532,73	0,00	27.374.285,46	54.692.143,89	28.083.800,31	0,00	26.608.343,58

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e movimentos no período

Resumo	Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Escriturada Final
Bens de domínio público	274.262,61	10.702,43								
Subtotal	274.262,61	10.702,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284.965,04
Ativos fixos em concessão										
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	833.240,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	833.240,35
Edifícios e outras construções	24.502.829,45	202.739,06	0,00	0,00	0,00	0,00	-613.408,32	0,00	0,00	24.092.160,19
Equipamento básico	1.242.538,50	256.379,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-391.678,42	0,00	-6.765,03	1.100.474,65
Equipamento de transporte	26.790,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-24.729,36	0,00	0,00	2.060,90
Equipamento administrativo	204.304,80	87.292,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-73.893,50	0,00	0,00	217.707,27
Equipamentos biológicos	920,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-141,24	0,00	0,00	779,70
Outros	60.964,41	4.956,69	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.362,35	0,00	0,00	51.558,75
Ativos fixos tangíveis em curso	219.092,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-193.695,48	25.396,73
Subtotal	27.090.680,92	551.368,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.118.213,19	0,00	-200.360,17	26.323.378,54
Total	27.364.943,53	562.070,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-986.959,39	0,00	-200.360,17	26.608.343,58

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis – adições

Resumo	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação...	Adições Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Terrenos e recursos naturais Bens de domínio público património histórico, artístico e cultural Ativos fixos em concessão Outros ativos fixos tangíveis										
Ativos fixos em concessão em curso Ativos fixos em concessão										
Equipamento básico Outros ativos fixos tangíveis		251.828,20							4.551,43	256.379,63
Equipamento transporte Outros ativos fixos tangíveis										
Equipamento administrativo Outros ativos fixos tangíveis		86.311,97							984,00	87.295,97
Equipamento biológico Outros ativos fixos tangíveis										
Ativos fixos tangíveis em curso Outros ativos fixos tangíveis										
Edifícios e outras construções Bens de domínio público... Ativos fixos em concessão Outros ativos fixos tangíveis									202.739,05	202.739,05
Infraestruturas Bens de domínio público... Ativos fixos em concessão										
Património histórico artístico e cultural Bens de domínio público... Ativos fixos em concessão		10.702,43								10.702,43
Outros Bens de domínio público... Outros ativos fixos tangíveis		4.959,69								4.959,69
Bens de domínio público em curso Bens de domínio público ...										
Total		353.799,29							208.274,49	562.073,78

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis – Diminuições

Rúbricas	Diminuições					Total	
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras		
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento básico	-100,34	0,00	0,00	0,00	-6.649,69	-6.750,03	
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-193.695,48	-193.695,48	
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	-200.460,51	--200.460,51	
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	-100,34	0,00	0,00	0,00	-200.460,51	-200.460,51	

6. Locações

Quadro 6.2. Locações operacionais – Locatário

Bens locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos		Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Viatura Toyota Avensis Sedan Diesel (WW)	20.400,00	5.100,00		16.164,16		4.235,84		4.235,84	4.235,84	
Viatura Seat Leon (SF1) 1.6 TDI	15.840,00	3.960,00		12.784,85		3.055,15		3.055,15	30.55,15	
Total	36.240,00	9.060,00		28.949,01		7.290,99		7.290,99	7.290,99	

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As locações em causa referem-se a duas viaturas, cujos riscos e vantagens inerentes aos contratos, permanecem no locador.

7. Custo dos empréstimos obtidos

Não se aplica.

8. Propriedades de investimento

Não se aplica.

9. Imparidade de ativos

Os instrumentos financeiros como é exemplo dos clientes, fornecedores, contas a receber e a pagar são mensurados ao custo menos a perda de imparidade.

Quadro 9.1 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo (1)	Natureza (2)	Quantia Bruta (3)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (3)	Modelo Utilizado	
					Justo valor (4)	Valor de uso (5)
Corrente	Clientes	18.682,83	18.682,83		18.682,83	
Corrente	Alunos	520.082,56	520.082,56		520.082,56	
Total		538.765,39	538.765,39		538.765,39	

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Quadro 9.2 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa-Perda de imparidade

Custo histórico (1)	Depreciação acumulada (2)	Quantia Escriturada (3)	Quantia recuperável (4)	Quantia por imparidade (5)=(3)-(4)
18.682,83		18.682,83		18.682,83
520.082,56		520.082,56		520.082,56
538.765,39		538.765,39		538.765,39

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As perdas por imparidade acumuladas acima apresentadas foram constituídas em períodos anteriores e no período findo em 31/12/2018 e tiveram por base a expectativa de cobrança dos ativos em causa.

10. Inventários

Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos suportados pela entidade, gastos de transporte, manuseamento e outros. Os descontos e abatimentos são deduzidos na determinação dos custos de compra.

Os inventários existentes à data do balanço foram mensurados ao preço de compra, tendo sido utilizando o custo médio ponderado como método de custeio.

Quadro 10.1 — Inventários

Rúbrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2) – (3)
Mercadorias	12.421,62		12.421,62
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			
Produtos acabados e intermédios	20.380,20		20.380,20
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	32.801,82		32.801,82

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Quadro 10.2 — Inventários-Movimentos no período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Compras líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	Quantia escriturada final (9) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)
Mercadorias	14.959,55	121.778,24	(123.932,51)	0,00	0,00	0,00	(383,66)	0,00	12.421,62
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.218,96	6.787,51	(6.787,51)				(13.218,96)		0,00
Produtos acabados e intermédios	14.768,04	4.150,53	(4.150,53)	.612,16					20.380,20
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	42.946,55	132.716,28	(134.871,00)	5.612,16	0,00	0,00	(13.602,60)	0,00	32.801,82

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

Os inventários acima apresentados respeitam essencialmente a animais (19.804,50€) e vinho (575,70€), bem como mercadorias (12.241,62€).

11. Agricultura

Não se aplica.

12. Contratos de construção

Não se aplica.

13. Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestações são mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, que geralmente é determinado por acordo entre as partes contratantes numa base de independência.

Quadro 13.1 — Rendimentos com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido (2)
Prestação de serviços	423.600,10
Venda de bens	305.972,90
Juros	
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	
Outros	5.071.592,21
TOTAL	5.801.165,21

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

A prestação de serviços e a venda de bens resultam da atividade desenvolvida no IPV, nomeadamente na prestação de serviços diversos, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, protocolos de colaboração, realização de análises patológicas, serviços de enfermagem veterinária entre outros e nos SAS resultam da atividade desenvolvida de exploração das residências universitárias. A rubrica “outros” inclui essencialmente rendimentos relacionados com a atividade principal ensino superior, nomeadamente propinas, taxas, aluguer de espaços, etc.

14. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos de transações obtidos sem contraprestação referem-se às transferências atribuídas pelo Orçamento do Estado (OE) e destinado ao financiamento corrente das operações do IPV, bem como transferências relativas a projetos de investigação e outros.

Quadro 14.1 — Rendimentos sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção					
Taxas					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condição					
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros		19.872.957,11			
TOTAL		19.872.957,11			

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de uma entrada de recursos futuros.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associado gastos que não são possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

À data de 31/12/2018, o IPV tem constituída, em período anterior, uma provisão para processos judiciais em curso no valor de 19.935,02€ relativa a processo de 2014 réu no processo em contencioso (Refª 48/14.8BEVIS) em que o IPV já foi condenado em 1ª instância.

Adicionalmente, encontram-se em curso um conjunto de ações judiciais movidas contra o IPV, ou em que o IPV é parte, maioritariamente administrativos, com processos de 2009 em diante, cujo valor das ações em tribunal totaliza cerca de 240 mil euros. Consideramos remota a probabilidade de o Instituto vir a ser responsabilizado, considerando a matéria de facto e atendendo ao histórico dos processos entretanto concluídos.

À data de 31/12/2018, os Serviços de Ação Social do IPV são réu num processo em contencioso (Proc. N.º 425/15 BEVIS) onde é petitionado o pagamento de um montante de 82.627,75€ (dívida de 78.000,00€, acrescida de juros de mora e taxas de justiça), por alegado cumprimento defeituoso de contrato, no âmbito de “contrato de concessão do serviço de exploração das unidades alimentares/snack bar”. Entendemos que esta ação carece de sentido e fundamento, pelo que a nossa previsão em termos de desfecho deste processo passa pela absolvição dos Serviços de Ação Social.

Quadro 15.2 — Passivos contingentes

Natureza dos passivos contingentes	Estimativa do efeito financeiro	Previsão de reembolso	
		Data	Valor
Processos judiciais em curso	19.935,02		19.935,02
	19.935,02		19.935,02

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica

17. Acontecimentos após a data de relato

Não ocorreram outros eventos materialmente relevantes que afetem a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro do IPV e que, conseqüentemente, devam ser objeto de referência.

18. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade, e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

31

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- a) dinheiro
- b) um instrumento de capital próprio de outra entidade
- c) um direito contratual:
de receber dinheiro ou outro ativo financeiro
de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis
- d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:
 - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar obrigada a receber um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade
 - um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- a) uma obrigação contratual:
de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro
de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis
- b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:
 - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade
 - um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros, incluindo empréstimos concedidos, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos fluxos de caixa esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

32

As contas a pagar, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os valores em caixa e depósitos bancários são registados ao custo (vide nota 1.3).

Quadro 18.1 — Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros	
Cientes contribuintes e utentes	618.358,03
Perdas por imparidades acumuladas (vide nota 9)	-538.765,39
Outras contas a receber	1.080.293,92
Diferimentos	161.342,15
Caixa e Depósitos (vide nota 1.3)	6.383.586,04
Total	7.704.814,75
Outras contas a pagar	2.529.905,53
Diferimentos	229.348,60
Outros passivos financeiros	53.754,51
Total	2.813.008,64

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As outras contas a pagar respeitam essencialmente os montantes reconhecidos em rendimentos a receber no futuro relativos a subsídios de projetos em curso no valor de 692.509,69€ e acréscimo relacionados com os rendimentos de propinas de 2018 que serão recebidos em 2019 no montante de 382.243,14€.

As outras contas a pagar são resultantes de encargos com férias em 2019, enquanto os outros passivos financeiros se referem a cauções recebidas dos alunos.

Quanto aos diferimentos ativos e passivos respeitam à aplicação do princípio do acréscimo e estão essencialmente relacionados com gastos com a acreditação de cursos a imputar em períodos futuros (102.000,00€) e subsídios recebidos de projetos em curso a reconhecer também como rendimentos de períodos futuros (226.789,10€).

Apresenta-se no quadro abaixo o Património Líquido e a sua variação de 2017 para 2018:

Quadro 18.2 — Património líquido

Património Líquido	31/12/2018	31/12/2017
Património/Capital	38.819.902,12	38.819.902,12
Acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Prémios de emissão	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
Resultados transitados	-16.854.198,98	-15.358.455,76
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações no património líquido	9.886.469,01	207.276,80
Resultado líquido do período	-331.822,51	-1.495.743,22
Dividendos que não controlam	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00
Total	31.520.349,64	22.172.979,94

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

As variações ocorridas no período foram a seguintes:

- Aplicação do Resultado Líquido negativo de 2017, transferido em 2018 para Resultados transitados;
- Reclassificação dos subsídios ao investimento de Proveitos Diferidos (POC-E), para a rubrica outras variações no Património Líquido, conforme previsto no SNC-AP (vide nota 1.3).

19. Benefícios dos empregados

Todos os benefícios são reconhecidos no montante em que os serviços é prestado, como um gasto e passivo, pela quantia não descontada dos benefícios dos empregados que se espera pagar em troca deste serviço.

20. Divulgações de partes relacionadas

Não se aplica.

21. Relato por segmentos

Não se aplica.

22-Interesses em outras entidades

Não se aplica.

23.Outras Informações

Apresentam-se a seguir um conjunto de informações adicionais que visam aumentar a compreensão da informação financeira.

23.1. Fornecimentos e serviços externos

Quadro 23.1 — Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Subcontratos e concessões de serviços	9.964,97	0,35%		
Serviços especializados	1.111.916,90	38,79%	1.105.833,89	40,08%
Materiais de consumo	397.673,75	13,87%	286.139,00	10,37%
Energia e fluidos	508.610,71	17,74%	510.903,18	18,52%
Deslocações, estadas e transportes	115.128,36	4,02%	92.399,78	3,35%
Serviços diversos	722.928,20	25,22%	763.490,82	27,68%
	2.866.222,89	100%	2.758.766,67	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

34

Ao nível dos subcontratos e concessões de serviços que representam 0,35% dos fornecimentos e serviços externos destacamos que 9.964,97€ foram **serviços de saúde**.

No âmbito dos serviços especializados que representam 38,83% dos fornecimentos e serviços externos, destacamos que **297.987,70€** foram para **conservação e reparação** (26,75%) **326.435,24€** foram para **vigilância e segurança** (29,3%) e **233.861,91€** foram **trabalhos especializados** (20,99%). Ao nível dos **materiais de consumo** destaca-se o gasto com **outros materiais de consumo** (para aulas, laboratórios, projetos, para eventos de consumo interno, bens para animais e para conservação e reparação e para refeições) que ascendeu a **228.341,55€** (57,4%), bem como artigos para oferta e de publicidade e divulgação que ascenderam a **44.613,94€** (19,5%) . Já ao nível de energia e fluidos destacamos a eletricidade cujo gasto ascendeu a **312.482,75€** (61,44%). Já nas deslocações, estadas e transportes o valor gasto com **deslocações e estadas** ascendeu a **105.839,94€** (92,04%). No que diz respeito aos serviços diversos os gastos mais representativos foram com **limpeza, higiene e conforto** (**301.643,88€**) que representou cerca de 41,73%, as **rendas** que ascenderam a **119.645,06€** (16,55%) e os **licenciamentos e acessos** cujo gasto foi de **114.851,84€** (16%).

23.2. Gastos com o pessoal

O número de colaboradores ao serviço da entidade foi de 655, das quais: 431 docentes; 213 não docentes e 11dirigentes. Os gastos com o pessoal totalizaram o montante de **21.818.646,22€**, em conformidade com o mapa seguinte.

As remunerações com pessoal docente, não docente e dirigente representam 67,3% dos gastos com pessoal. Os sistemas de proteção social (CGA e SS) têm um peso de 18,40% nos gastos com pessoal.

Quadro 23.2 — Gastos com pessoal

Gastos com pessoal	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	920.592,97	4,22%	909.712,18	4,19%
Remunerações pessoal docente por tempo indeterminado	8.893.832,33	40,76%	8.151.143,10	37,51%
Remunerações pessoal não docente por tempo indeterminado	2.638.700,60	12,09%	2.579.690,07	11,87%
Remunerações pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho a termo resolutivo	1.959.190,43	8,98%	2.148.069,80	9,88%
Remunerações do pessoal não docente em comissão de serviço-dirigentes	254.931,92	1,17%	246.939,31	1,14%
Subsídio de férias	998.140,97	4,57%	1.477.544,77	6,80%
Subsídio de natal	1.235.709,96	5,66%	1.476.822,36	6,80%
Subsídio de refeição	551.791,40	2,53%	529.458,65	2,44%
Despesas de representação	32.684,40	0,15%	32.684,40	0,15%
Ajudas de custo	77.678,26	0,36%	60.319,58	0,28%
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	2.991.932,76	13,71%	3.047.601,36	14,02%
Segurança Social (SS)	1.019.404,21	4,67%	963.198,90	4,43%
Acidentes no trabalho	86,45	0,00%	2.141,55	0,01%
Suplementos e prémios a pessoal não docente	3.629,64	0,02%	4.028,30	0,02%
Trabalho extraordinário	20.706,63	0,09%	16.281,71	0,07%
Abono para falhas	4.303,54	0,02%	4.513,93	0,02%
Subsídio de trabalho noturno	450,16	0,00%		0,00%
Colaboração técnica especializada	48.383,19	0,22%	61.660,90	0,28%
Outros benefícios pós emprego	1.235,36	0,01%		0,00%
Abonos devidos pela cessação de funções-indemnização	131.606,11	0,60%		0,00%
Serviços Sociais da Administração Pública	7.122,60	0,03%		
Pessoal a aguardar aposentação	8.357,52	0,04%	5.823,78	0,03%
Subsídio familiar a crianças e jovens	12.366,44	0,06%	10.455,28	0,05%
Outras prestações familiares	5.808,37	0,03%	2.735,11	0,01%
	21.818.646,22	100%	21.730.825,04	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

23.3. Transferências e subsídios concedidos

Ao nível das transferências verifica-se que 50,89% foram bolsiros de investigação científica no âmbito de projetos que o IPV tem aprovados e que 34,36% bolsas de mobilidade no âmbito do programa Erasmus para estudos, estágios e formação.

Quadro 23.3 — Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Instituições sem fins lucrativos	1.206,80	0,32%		
Instituições privadas	1.200,76	0,32%	9.436,43	2,30%
Programas IEFP	9.063,00	2,38%	7.875,05	1,92%
Programas de mobilidade Erasmus	130.620,00	34,36%	153.392,47	37,38%
Bolsas de mérito	2.000,00	0,53%	29.100,00	7,09%
Bolsas de investigação científica	193.487,67	50,89%	69.330,80	16,90%
Prémios melhores alunos CGD	6.000,00	1,58%	6.000,00	1,46%
Municípios	191,25	0,05%		0,00%
Administração central	2.655,28	0,70%	94.195,15	22,96%
Associação de Estudantes	33.762,50	8,88%	33.600,00	8,19%
Serviços Sociais da Administração Pública			7.399,68	2,30%
	380.187,26	100%	410.329,58	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

23.4. Outros gastos e perdas

Neste âmbito, estão incluídas as taxas suportadas, ofertas e quebras de inventários registados no ano de 2018.

Quadro 23.4 — Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Impostos e taxas	27.588,42	40,71%	36.915,19	24,06%
Perdas em inventário	68,62	0,10%	47,46	0,03%
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	100,35	0,15%		
Outros	40.006,32	59,04%	116.445,50	75,91%
	67.763,71	100%	153.408,15	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

36

23.5. Imparidades de dívidas a receber

Durante período de 2018, foi recuperada dívida de propinas de anos anteriores no valor de 142.777,16€, por meio de acordos de compromisso e de cobrança coersiva.

Foram apuradas propinas em atras, do ano letivo de 2017/2018, no valor 182.127,62€.

Quadro 23.5.1 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Perdas por imparidades	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Clientes, contribuintes e utentes	39.403,97	100%	184.421,44	100%
	39.403,97	100%	184.421,44	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

23.6. Variações nos inventários da produção

Verificou-se uma variação positiva de rácio nascimentos/mortes de animais.

Quadro 23.6.1 — Inventários

	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Variação nos inventários da produção	5.612,16	100%	-6.638,95	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2018

23.7. Outros rendimentos e ganhos

Verificaram-se rendimentos provenientes de protocolos e parcerias no valor de 108.084,26€ e de imputação de subsídios e transferências para investimentos no valor de 393.277,56€.

Quadro 23.7.1 — Outros rendimentos e ganhos

Rubricas	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	53.378,20	9,28%	67.499,82	9,40%
Outros rendimentos suplementares monetários	6.078,27	1,06%	91.766,67	12,78%
Outros rendimentos suplementares monetários-Publicações e impressos	43,93	0,01%	76,93	0,01%
Outros rendimentos suplementares monetários-Serviço de reprografia	3.333,33	0,58%	1.078,45	0,15%
Outros rendimentos suplementares monetários-Fotocópias	6.870,80	1,19%	9.231,92	1,29%
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros- alin. ativos fixos tangíveis	1.225,00	0,21%	0	0,00%
Donativos-Instituições privadas	7.670,00	1,33%	570	0,08%
Donativos- Bancos	100.400,00	17,45%	0	0,00%
Rendimentos de capital-Indemnizações	14,26	0,00%	0	0,00%
Correções relativas a períodos anteriores	2.225,03	0,39%	15.533,94	2,16%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	393.277,56	68,36%	351.185,46	48,93%
Redução de Provisões		0,00%	176.384,11	24,57%
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	0,27	0,00%	0	0,00%
Reposições mão abatidas aos pagamentos	775,98	0,13%	4.451,30	0,62%
Total	575.292,63	100,00%	717.778,60	100,00%

23.8. Gastos e perdas por juros e encargos

Neste âmbito, estão incluídas as taxas suportadas, ofertas e quebras de inventários registados no ano de 2018.

Quadro 23.8 — Gastos e perdas por juros e encargos

Outros gastos e perdas	2018		2017	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Outros gastos e perdas de financiamento	162,06	100%	29.863,39	100%

Data de aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Geral e autorizadas para emissão em 17 de junho de 2019.

